



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ

Praça Ernani Pereira, nº 291 - Centro - CEP: 39.492.000
CNPJ nº 25.209.156/0001-08 – Tel.: (38) 3622-4140
E-mail: administracao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ - MG



LEI MUNICIPAL Nº 674, DE 05 DE SETEMBRO DE 2023

“Institui o Programa Jovem Aprendiz no âmbito do Município de Pedras de Maria da Cruz na forma que especifica e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Pedras de Maria da Cruz, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal através dos seus representantes aprovou e eu, no uso das atribuições legais, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o **Programa Jovem Aprendiz Municipal** no âmbito do Município de Pedras de Maria da Cruz em conformidade com a Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2.000, que “Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

Art. 2º - O **Programa Jovem Aprendiz Municipal** será executado diretamente pelo Município de Pedras de Maria da Cruz, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e envolve todos os órgãos da administração direta e indireta do Município.

PARÁGRAFO ÚNICO - Além das entidades descritas no *caput* do artigo, o Programa Jovem Aprendiz Municipal destina-se às empresas privadas que são obrigadas a manter a cota de 05% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento) no máximo de Jovem Aprendiz ou, ainda, aquelas que não se encaixarem nestes percentuais mas que manifestarem interesse em participar.

Art. 3º - O Município de Pedras de Maria da Cruz poderá firmar convênios e termos de cooperação ou instrumentos congêneres com empresas públicas e privadas, entidades, instituições e escolas de formação técnico-profissional para dar e receber apoio no sentido de viabilizar o objeto da presente lei.

CAPÍTULO I DO APRENDIZ

Art. 4º - Os jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz Municipal deverão ter idade entre 14 (catorze) a 24 (vinte e quatro) anos incompletos, oriundos de famílias com renda *per capita* de até 02 (dois) salários mínimos, que estejam cursando ou concluíram a educação básica ou ensino médio, e que preencham, preferencialmente, os seguintes critérios:

I - Ter concluído ou estar cursando, na rede pública municipal ou estadual, o Ensino Fundamental ou Médio (regular e supletivo ou especial);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ

Praça Ernani Pereira, nº 291 - Centro - CEP: 39.492.000

CNPJ nº 25.209.156/0001-08 – Tel.: (38) 3622-4140

E-mail: administracao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br

PEDRAS DE MARIA DA CRUZ - MG



II – Não manter qualquer tipo de vínculo empregatício ou de prestação de serviço formal;

III – Comprovar ser residente no Município de Pedras de Maria da Cruz – MG.

§1º - O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

§2º - A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

Art. 5º - Dentre os jovens que atendam aos critérios descritos no artigo anterior, terão prioridades aqueles que se encontrem em uma das seguintes condições:

I - Sejam provenientes de famílias abaixo do nível de pobreza ou sem renda.

II - Que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou exploração de trabalho proibido por lei.

III - Pessoas com deficiência, observado o grau de dificuldade e compatibilidade para o exercício das atividades de aprendizagem.

IV - Tenham ou estejam cumprindo Liberdade Assistida, Prestação de Serviços à Comunidade, ou outras medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação vigente.

V - Tenham sofrido sanção penal privativa de liberdade ou medida de internação.

VI - Jovens institucionalizados ou egressos de acolhimento institucional.

VII - Que tenham filhos.

VIII - Possuam inscrição no Cadastro Único.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM

Art. 6º - Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a 02 (dois anos) em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Art. 7º - A validade do contrato de aprendizagem pressupõe sua formalização, matrícula e frequência do jovem aprendiz à uma organização de ensino, caso não haja concluído o ensino fundamental ou ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de jovem aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ

Praça Ernani Pereira, nº 291 - Centro - CEP: 39.492.000
CNPJ nº 25.209.156/0001-08 – Tel.: (38) 3622-4140
E-mail: administracao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ - MG



Art. 8º - Ao jovem aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário-mínimo nacional/hora.

Art. 9º - A duração do trabalho do aprendiz não excederá de 06 (seis horas diárias), sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

PARÁGRAFO ÚNICO - O limite previsto neste artigo poderá ser de até 08 (oito) horas diárias para os jovens aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

Art. 10º - As férias do jovem aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado aos envolvidos fixarem período diverso daquele definido no programa de aprendizagem.

Art. 11 - O contrato de aprendizagem estabelecido por esta Lei em nenhuma hipótese implicará vínculo de emprego do aprendiz.

Art. 12 - O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, exceto na hipótese de aprendiz com deficiência, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

- I - Constituição de vínculo empregatício ou de exercício de qualquer atividade remunerada;
- II - Falta disciplinar grave;
- III - Frequência escolar inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) ao mês, sem justificativa;
- IV - Desligamento espontâneo a pedido do aprendiz;
- V - Falecimento;
- VI - Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz.

CAPÍTULO III DA FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL

Art. 13 - Entende-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO - A formação técnico-profissional metódica de que trata o *caput* deste artigo realizar-se-á por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional-metódica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ

Praça Ernani Pereira, nº 291 - Centro - CEP: 39.492.000
CNPJ nº 25.209.156/0001-08 – Tel.: (38) 3622-4140
E-mail: administracao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ - MG



Art. 14 - A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

- I** - Garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental e ensino médio;
- II** - Horário especial para o exercício das atividades;
- III** - Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ao jovem aprendiz com idade inferior a 18 (dezoito) anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento

CAPÍTULO IV **DA CONTRATAÇÃO DO APRENDIZ**

Art. 15 - A contratação do jovem aprendiz poderá ser efetivada diretamente pela Administração Direta e Indireta, empregador de instituições e empresas públicas ou privadas e entidades sem fins lucrativos ou congêneres.

§1º - Na hipótese de contratação de aprendiz diretamente pelo empregador da iniciativa privada ou pública, estes assumirão a condição de contratante, devendo inscrever o aprendiz em programa de aprendizagem a ser ministrado pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou entidades autorizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego para formação profissional com a finalidade de preparar, encaminhar e acompanhar estes jovens para a inserção no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes.

§ 2º - A contratação de jovem aprendiz por intermédio de entidade sem fins lucrativos ou congênere, somente deverá ser formalizada após a celebração de contrato entre o Município e a entidade, no qual, dentre outras obrigações recíprocas, se estabelecerá as seguintes:

- I** - A entidade sem fins lucrativos ou congênere, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, assume a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que decorre de contrato firmado com o empregador para efeito do cumprimento de sua aprendizagem;
- II** - O estabelecimento assume a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional-metódica, a que este será submetido.

Art. 16 - A contratação de jovens aprendizes pela Administração Direta e Indireta dar-se-á de forma direta, hipótese em que será realizado processo seletivo a ser regulamentado pelo Poder Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ

Praça Ernani Pereira, nº 291 - Centro - CEP: 39.492.000
CNPJ nº 25.209.156/0001-08 – Tel.: (38) 3622-4140
E-mail: administracao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ - MG



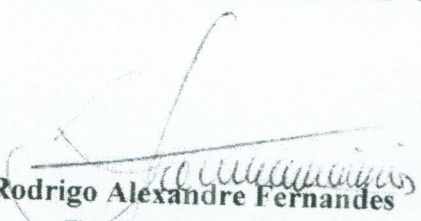
CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Para cumprimento no disposto desta Lei, a fim de garantir a implementação do Programa Jovem Aprendiz, as despesas decorrentes correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada oportunamente, se necessário, utilizando-se de crédito especial, adicional ou suplementar, a ser aberto em época adequada mediante lei específica.

Art. 18 - O Poder Executivo emitirá quando necessários, atos administrativos complementares e/ou suplementares visando a plena regulamentação desta Lei.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, regando-se as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeito do Município de Pedras de Maria da Cruz - MG, 05 de setembro de 2023.


Rodrigo Alexandre Fernandes
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO
Feito em: 05 / 07 / 2023
De acordo com a Lei Orgânica Municipal
Art. 78 § 1º
Assinatura:  Matrícula: 176